

Ricardo Prestes Pazello

DIREITO INSURGENTE

VOLUME 2

para uma crítica
marxista-descolonial
ao direito

Prof. Enzo Bello

Coleção Crítica do Direito:
Experiências Sociais e Jurídicas

Prof. Ricardo Nery Falbo

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Introdução a uma crítica marxista-descolonial ao direito	1
I Descolonizar o marxismo, materializar o giro descolonial: a centralidade da crítica marxista à dependência como pressuposto para um direito insurgente	3
a) Descolonizar o marxismo?.....	5
b) Materializar – historicamente – o giro descolonial!	14
c) A centralidade periférica da crítica marxista à dependência	21
d) Relação superjurídica ou relação jurídica dependente	28
II Dos movimentos populares ao direito insurgente: concluindo o ciclo da crítica marxista-descolonial ao direito.....	33
3 Movimentos populares: questões preliminares.....	41
3.1 Movimentos populares e cortes estruturais da sociedade capitalista moderna/colonial.....	41
3.2 As disjuntivas dos movimentos populares na conjuntura latino-americana (e além).....	48
3.3 Direito e movimentos populares: convergências e problemas.....	51
4 Giro descolonial do poder	55
4.1 Crítica marxista à dependência: o crivo do ponto de partida geopolítico	57
4.1.1 A totalidade do subdesenvolvimento latino-americano, a partir de Gunder Frank	61
4.1.2 A relacionalidade da dependência, a partir de Marini.....	65
4.1.3 A condicionalidade e a internalidade da dependência, a partir de Dos Santos	71
4.1.4 A especificidade do capitalismo dependente latino-americano, a partir de Bambirra.....	73

4.1.5	Outros momentos da crítica à dependência na América Latina....	76
4.2	Crítica à colonialidade do poder em Aníbal Quijano: a forma do direito na heterogeneidade histórico-estrutural e dependente.....	84
4.2.1	Heterogeneidade histórico-estrutural e dependência	85
4.2.2	O problema do marxismo: debates mariateguianos	90
4.2.3	O giro descolonial: modernidade é colonialidade.....	101
4.2.4	Poder, tendências e formas: o possível lugar do direito	109
4.3	Crítica à colonialidade do saber em Walter Mignolo: limites e possibilidades de um pensamento fronteiriço	116
4.3.1	A pressuposta colonialidade do poder e sua crítica.....	121
4.3.2	A predisposta genealogia subversiva até o giro descolonial	125
4.3.3	A proposta gnosiologia liminar contra a colonialidade do saber.....	130
4.4	Política da libertação em Enrique Dussel: aproximações marxistas latino-americanas à relação entre direito e movimentos populares	136
4.4.1	Direito e estado na política da libertação dusseliana <i>ante festum</i> de Marx	138
4.4.2	Direito e estado na política da libertação dusseliana <i>in e post festum</i> de Marx	147
4.4.3	Direito, dependência e movimentos populares desde um Marx desconhecido	156
5	Direito insurgente e movimentos populares	167
5.1	Crítica e insurgência	168
5.1.1	Entre o universal e o particular: a historicidade e o negativo....	169
5.1.2	Insurgência: crítica entre mediação e totalidade.....	179
5.1.2.1	Dimensão fenomênica ou sociológica: resistência, revolta e revolução	182
5.1.2.2	Dimensão originária ou histórica: crise, crivo e critério	190

5.1.2.3 Dimensão fundamental ou filosófica: trabalho-fonte, luta, organização e conscientização	197
5.2 Crítica jurídica latino-americana	202
5.2.1 Crítica jurídica e marxismo na América Latina: notas para um futuro mapeamento	204
5.2.2 Crítica jurídica mexicana: um debate paradigmático	215
5.2.2.1 O direito como arma de libertação nasce do povo, em Jesús Antonio de la Torre Rangel	216
5.2.2.2 A forma normativa como crítica da ideologia jurídica, em Óscar Correas	237
5.2.3 Práxis de libertação, direito à revolução e comunismo jurídico: as posições intermédias de Rosillo Martínez, Salamanca Serrano e Rivera Lugo	253
5.3 Crítica jurídica brasileira	268
5.3.1 Dos escombros da crítica jurídica: alternativismo e pluralismo	269
5.3.2 Da engenharia do marxismo jurídico: partindo da especificidade da forma jurídica	293
5.3.3 Dos alicerces do direito insurgente: a prática da assessoria jurídica popular	309
5.4 A reconstrução da teoria crítica do direito pelo direito insurgente	343
5.4.1 Direito insurgente e giro descolonial do poder: relação superjurídica ou relação jurídica dependente	347
5.4.2 Direito insurgente e movimentos populares: relações de relações	355
5.4.3 Direito insurgente: entre a crítica do direito e a crítica marxista ao direito	366
Conclusões	375
Referências bibliográficas	379
Coleção Crítica do Direito: Experiências Sociais e Jurídicas	421